

Intervenção em nome do Júri do Prémio de História Contemporânea – 2001 José Tengarrinha



Em nome do júri do Prémio de História Contemporânea – 2001, júri que integrou ainda os Professores Luís Reis Torgal, da Universidade de Coimbra, e Norberto Cunha, da Universidade do Minho, não queria deixar de manifestar, antes de tudo, quanto honrosa foi para mim esta missão.

Em primeiro lugar, por se tratar de um prémio instituído pela Universidade do Minho, através do seu Conselho Cultural, com base numa doação do Prof. Victor de Sá, a quem me ligam fortes laços de amizade e admiração há não menos de quatro dezenas de anos. Companheiro na longa caminhada pela libertação, depois pela democratização de Portugal e também no combate por uma história desmistificada e renovada, de novo convergimos agora neste acto de tão grande significado.

Em segundo lugar, por não ser este um prémio, como tantos outros, destinado a assinalar qualquer obra que se apresente independentemente da condição do seu autor. O que o singulariza e ainda mais o enobrece é ter sido destinado a jovens historiadores, com o intuito de reconhecer o mérito dos seus primeiros trabalhos e assim lhes dar apoio e estímulo para um percurso científico mais amplo.

Prova de que este louvável objectivo correspondia a aspirações de muitos é o facto de o prémio, desde que instituído em 1991, ter vindo a registar projecção e prestígio crescentes, expressos no elevado número e qualidade das obras concorrentes. Assim aconteceu também na presente edição, em que a dezena de trabalhos apresentados mereceu do júri uma apreciação globalmente positiva. Ajuizado, numa segunda fase, o seu mérito relativo, o júri decidiu, por unanimidade, atribuir o 1.º prémio a dois concorrentes, em posição de *ex-aequo*.

Foram eles Arnaldo da Silva Marques Pata, com *Revolução e Cidadania. Organização, funcionamento e ideologia da Guarda Nacional (1820-1839)* e Bruno Cardoso Reis com *Salazar e o Vaticano, da Paz ao Conflito? As relações diplomáticas entre Portugal e a Santa Sé (1928-1968)*.

Ambas são dissertações de Mestrado: a primeira apresentada à Faculdade de Ciências Sociais e Humanas da Universidade Nova de Lisboa, a segunda ao Departamento de História da Faculdade de Letras da Universidade de Lisboa.

Em apreciação necessariamente breve de cada um dos trabalhos, com a finalidade de dar a conhecer os principais fundamentos da decisão do júri, começaremos por destacar a originalidade do tema desenvolvido por Arnaldo

da Silva Pata. Havendo até agora apenas algumas pequenas achegas para o conhecimento de forças civis militarizadas no primeiro período do setembrismo (1836-1838), é esta a primeira vez que se investiga de forma sistemática, e a partir de fontes primárias, a formação, características e desenvolvimento de uma organização que teve grande influência numa primeira fase da construção do regime liberal, desde 1820. Trata-se, aliás, de um tema que tem vindo a motivar trabalhos em alguns países europeus, nomeadamente em França, tendo como objecto principal a Garde Nationale, na sequência da Revolução Francesa. Baseado, sobretudo, no núcleo documental existente na Torre do Tombo, desenvolve, entre outros aspectos, o conceito de cidadão – soldado e a organização e funcionamento da Guarda Nacional, detendo-se, depois, no processo e resultados da eleição dos oficiais do Estado – Maior da Guarda Nacional de Lisboa e na acção política desta de 1834 a 1838. Entre as conclusões do seu trabalho que lançam contributos mais valiosos para a história liberal portuguesa, deveremos reter a sua penetrante análise sobre as coordenadas ideológicas dominantes e a composição social da Guarda Nacional, que abre pistas originais sobre a relação entre condição social e radicalismo ideológico, obrigando-nos a rever certos conceitos geralmente admitidos.

Quanto ao trabalho de Bruno Cardoso Reis sobre as relações diplomáticas entre Portugal e a Santa Sé, baseada em fontes orais e arquivísticas (Arquivo do Ministério dos Negócios Estrangeiros e Arquivo Salazar, sobretudo), desenvolve, essencialmente, o tema da pacificação religiosa (1928-1958), analisando, numa perspectiva original, a Concordata e as relações entre Portugal e a Santa Sé, das crises ao fim da II Guerra Mundial e no pós guerra, e a temática aberta dos conflitos, tendo como principais referências a dissidência católica e a questão colonial e os casos dos bispos do Porto e da Beira. Em síntese, o trabalho levanta novas linhas de reflexão para esclarecer o impacto da transição de Salazar para Marcelo Caetano no domínio do relacionamento de Portugal com a Santa Sé, tendo em vista, por um lado, a inserção dos dois estados no sistema político – diplomático internacional e, por outro, as relações entre o Estado e a Igreja em Portugal. Abalanchando-se ainda, num plano mais teórico, a debater a pertinência da aplicação do conceito de paz/conflito internacional na perspectiva do conjunto das relações entre Portugal e a Santa Sé.

O inquestionável mérito destes trabalhos e as qualidades reveladas pelos seus jovens autores fazem-nos desejar que venham a ser publicados e que esta seja apenas a primeira e promissora etapa de fecundos percursos na investigação histórica.

Julgando interpretar o sentimento do júri, gostaria de dizer, a finalizar, que é sem dúvida grande a honra de quem recebe o prémio, mas não menor a honra de quem o atribui, pela grandeza humana e científica do seu patrono e pela dignidade e prestígio da Universidade a que está vinculado.